

O FÓRUM DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE DE MATO GROSSO COMO *LÓCUS* DE PRODUÇÃO DE POLÍTICAS

Márcia Regina Gobatto¹
Tânia Maria Lima Beraldo²

RESUMO: O objetivo central do presente estudo é analisar o papel do Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente no estado de Mato Grosso (Fórum/MT) como *lócus* de produção de políticas educacionais para a formação de professores. Parte-se do pressuposto de que a formulação de políticas é um processo que ocorre em arenas de luta nas quais há sempre possibilidades de resiliências, de ressignificação e de recontextualização. Entende-se que o Fórum/MT, constitui-se numa destas arenas de lutas. Este fato abre a possibilidade de caracterizá-lo como uma comunidade epistêmica. O caminho metodológico adotado no estudo foi definido a partir de análises de textos políticos, que motivaram a criação do Fórum/MT e de atas das reuniões. No Mato Grosso os dados indicam que as instituições públicas de educação superior do Estado têm papel preponderante na oferta de cursos de formação de professores. Foi também definido que o levantamento da demanda será feito pelos Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso (Cefapro/MT), assim como a tarefa de formação continuada. Conclui-se que a criação e atuação do Fórum/MT permite reiterar a ideia de política como um processo complexo de recontextualização de sentidos e proposições, uma vez que há influências de diversos setores e, de forma expressiva, pelo contexto da prática.

Palavras-chave: Fórum/MT, Formação de Professores, Políticas Educacionais

THE FORUM FOR SUPPORT TO TEACHER EDUCATION IN MATO GROSSO AS A SITE OF POLICY PRODUCTION

ABSTRACT: The main aim of this paper is to analyze the role of the Permanent Forum for Support of Teacher Education in the state of Mato Grosso (Forum/MT). We start from the presupposition that policy formulation is a process that takes place in an arena of struggle where there are always possibilities of resilience, resignification and recontextualization. The Forum/MT is understood as one of those arenas of struggle. This fact opens the possibility of looking at the Forum as an epistemic community. The methodological path adopted in the investigation was defined departing from the analysis of political texts which motivated the establishment of the Forum/MT and from the analysis of the minutes of the meetings. In Mato Grosso, data indicates that public institutions of higher education in the state have a major role in offering teacher education courses. It was also defined that the mapping of the demand will take place in the Centres for Education and Refreshment Courses for the professionals of Basic Education in Mato Grosso (Cefapro/MT), as well as the task of continuing education. We conclude that the establishment and the actions of the Forum/MT enables the reiteration of the idea of policy as a complex process of recontextualization of

¹ Aluna do PPGE/UFMT

² Professora do PPGE/UFMT

meanings and proposals, once there are influences of various sectors and, more remarkably, of the context of practice

Keywords: Fórum/MT, Teacher Training/Education, Educational Policies

INTRODUÇÃO

Este estudo situa-se no campo das políticas educacionais para a formação de professores, particularmente no que diz respeito à atuação do Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente no estado de Mato Grosso como *lócus* de produção de políticas. Em decorrência deste propósito as análises foram desenvolvidas em torno da seguinte questão: Qual é o papel do citado Fórum na produção de políticas para a formação de professores do estado de Mato Grosso? O caminho metodológico adotado no estudo foi definido a partir de análises de textos políticos, que motivaram a criação do Fórum/MT e de atas de reuniões que apresentam dados sobre as ações engendradas no contexto desta instância deliberativa.

Política como atividade humana

Para o desenvolvimento das análises aqui propostas julgamos pertinente esclarecer que entendemos política como uma atividade inerente à natureza humana. Para tal buscamos apoio teórico-metodológico na abordagem do ciclo de políticas proposta por Stephen Ball & Richard Bowe (1998). Para estes autores a política é uma atividade extremamente complexa que articula processos relativos tanto ao macro como ao micro contexto. Para Ball (2006, p. 21) “a formulação de políticas é um processo que ocorre em arenas de luta por sentido”. Nesta luta há sempre possibilidades de resiliências, de resignificação e de recontextualização. Por essa razão ele considera que não é pertinente pensar as políticas como práticas verticalizadas e homogêneas, mas sim em articulações que resultam em hibridismos.

Pensar a política como um ciclo contínuo exige considerar que ela ocorre em três contextos principais que se articulam: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. O tempo e espaço desses contextos são complexos, apresentando grupos de interesses, que envolvem embates e colaborações em distintos momentos. No nosso entendimento tais contextos podem ser assim descritos:

O contexto de influência, como o próprio termo indica, relaciona-se com o global e o local. Nele ocorrem disputas entre discursos veiculados pelo poder público, por grupos econômicos nacionais e internacionais, por movimentos sociais, partidos políticos, instituições, comunidades disciplinares e epistêmicas, enfim, por um coletivo de grupos sociais interessados em exercer influências na formulação e nos destinos da política. O contexto de produção do texto político articula-se com o contexto de influência e reflete os conflitos e confrontos dos discursos circulantes. Constitui-se também num espaço de enunciação, disputa, negociação e articulação de sentidos que dão base à representação política. Os textos políticos são, assim, uma forma de representação da política. O contexto da prática é onde a política pode e produz efeitos e conseqüências. Porém, nele ocorrem também hibridismo e recontextualizações que podem promover mudanças e transformações significativas nas

decisões formuladas nos demais contextos (BERALDO & OLIVEIRA, 2010, p. 177).

Assim, o foco da análise no ciclo de políticas deve

incidir sobre a formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática. Isso envolve identificar processos de resistência, acomodações, subterfúgios e conformismo dentro e entre as arenas da prática, e o delineamento de conflitos e disparidades entre os discursos nessas arenas (MAINARDES, 2006, p. 50).

É a partir deste pressuposto que desenvolvo as análises sobre o papel do Fórum/MT no contexto da produção de políticas de formação continuada de professores. Ao reiterarmos essa concepção de política assumimos o entendimento de que os textos políticos aqui analisados são resultados de embates, disputas e negociações.

Formação e Valorização Docente: um desafio para as atuais políticas educacionais

A análise de textos que tecem a atual legislação educacional como é o caso da Lei 9394/96 (LDB), do Decreto 6.755/09 e dos Planos Nacional de Educação (PNE) de 2001/2010 e 2011/2020 remete ao entendimento de que o Estado reconhece que a carência de professores está relacionada com a falta de políticas de valorização da profissão docente.

Na LDB, mais especificamente no Artigo 67, a valorização profissional foi relacionada com:

Ingresso no magistério exclusivamente por concurso público de provas e títulos; aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; piso salarial profissional; progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho; período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho; condições adequadas de trabalho (BRASIL, 1996).

No PNE relativo ao período 2001-2010 ficou claro o entendimento de que

a melhoria da qualidade do ensino, que é um dos objetivos centrais do Plano Nacional de Educação, somente poderá ser alcançada se for promovida, ao mesmo tempo, a valorização do magistério. Sem esta, ficam baldados quaisquer esforços para alcançar as metas estabelecidas em cada um dos níveis e modalidades do ensino. Essa valorização só pode ser obtida por meio de uma política global de magistério, a qual implica, simultaneamente: a formação profissional inicial; as condições de trabalho, salário e carreira; a formação continuada (BRASIL, 2001, p. 95).

Dentre as ações voltadas à formação de professores na vigência do PNE de 2001/2010 destacamos a Lei 11502/2007, que institui a nova estrutura da Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. A nova Capes tem como finalidade induzir e fomentar, inclusive em regime de colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, a formação inicial e continuada de profissionais de magistério, da educação básica, respeitada a liberdade acadêmica das instituições conveniadas.

No contexto dessa política, a partir de 2007, os estados e municípios elaboraram seus respectivos Planos de Ações Articuladas (PAR), com o objetivo de fazer o diagnóstico da educação básica dos sistemas locais, com vistas a articular as ações para melhoria da qualidade. Foi estabelecido que o PAR deveria ser estruturado em quatro dimensões: 1. Gestão Educacional; 2. Formação de Professores e Profissionais de Serviço e Apoio Escolar. 3. Práticas Pedagógicas e Avaliação. 4. Infra-estrutura Física e Recursos Pedagógicos.

A formação inicial de professores em exercício da rede pública de educação básica é uma prioridade do PAR. Para sua concretização, o Ministério da Educação vem adotando estratégias diferenciadas, capazes de oferecer maior dinâmica e eficiência ao processo, o que foi expresso pelos Planos Estratégicos de cada estado.

No estado de Mato Grosso, o primeiro plano estratégico foi elaborado em 2008, com apoio técnico e financeiro do MEC e com o envolvimento de profissionais de diversas instituições, a saber: Secretaria de Estado de Educação (Seduc); Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Secitec); Secretaria de Apoio às Políticas Educacionais (Seape); Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat); Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso (Cefet/MT); Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá (Cefet/Cuiabá); Escola Agrotécnica Federal de Cáceres (E AFC); União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); Sindicato de Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (Sintep) e Conselho Estadual de Educação (CEE). A articulação de diversas pessoas e instituições foi apontada como o único caminho para superar os problemas da formação de professores no estado.

Este grupo de instituições e pessoas acredita que o esforço articulado para o planejamento estratégico do atendimento das necessidades de formação inicial de professores é o **único** caminho possível para a superação das lacunas formativas daqueles profissionais que se encontram sem a devida formação no exercício de sua profissão. Entretanto, o grupo considera também que a **formação continuada** também deve ser foco de um esforço articulado de formação docente, mesmo que as atividades não tenham início ao mesmo tempo. Ao se considerar “**educação continuada**” como expressão de um projeto amplo articulado aos sistemas públicos de ensino, é fundamental que o programa de **formação continuada** defina linhas de trabalho cuja centralidade seja a escola pública mato-grossense (PLANO ESTRATÉGICO/MT, 2008, p. 10). (grifos nossos)

O Planejamento Estratégico prevê que, na definição de princípios de formação, “a escola deverá ser o centro das atenções, implicando propostas de trabalho que apoiem os educadores em seu trabalho cotidiano no sentido de pensar e re-elaborar práticas educativas”, assim como procuram hoje fazer os Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso (Cefapro/MT).

Para dar suporte às ações relativas à formação de professores o Ministério da Educação, por meio do Decreto 6.755/2009, instituiu a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. O Decreto tem por objetivos: organizar e fomentar a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério, das redes públicas da educação básica, em regime de colaboração entre a União, os Estados, Distrito Federal e Municípios.

O referido Decreto prevê a criação dos Fóruns Permanente de Apoio à Formação Docente. Estes têm a tarefa de acompanhar a execução do plano estratégico e promover sua revisão periódica seguindo normas internas de funcionamento, conforme diretrizes nacionais fixadas pelo MEC. Para tanto, devem realizar reuniões, no mínimo semestralmente, em sessões ordinárias e em sessões extraordinárias, mediante convocação do presidente.

Seguindo o princípio da articulação de ações foi definido que tais Fóruns devem ter como membros:

- I. Secretário de Educação do Estado ou do Distrito Federal e mais um membro indicado pelo Governo do Estado ou do DF;
- II. Um representante do Ministério da Educação;
- III. Dois representantes dos Secretários Municipais de Educação indicados pela respectiva seção regional da Undime;
- IV. Dirigente máximo de cada instituição pública de educação superior com sede no Estado ou no DF ou seu representante;
- V. Um representante dos profissionais do magistério indicado pela seccional da CNTE;
- VI. Um representante do Conselho Estadual de Educação;
- VII. Um representante da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – Uncme;
- VIII. Um representante do Fórum das Licenciaturas das Instituições de Educação Superior Públicas, quando houver.

A participação nos Fóruns dá-se por adesão dos órgãos, instituições ou entidades referidas acima. Também podem integrar os fóruns representantes de outros órgãos instituições ou entidades locais que solicitarem sua adesão.

No contexto da Política instituída pelo decreto 6.755/09 a valorização profissional deve ser entendida e traduzida no contexto da prática para políticas permanentes de estímulo à profissionalização, à jornada única, à progressão na carreira, à formação continuada, à dedicação exclusiva ao magistério, à melhoria das condições de remuneração e à garantia de condições dignas de trabalho.

A necessidade de valorização dos profissionais da educação foi reiterada no novo Plano Nacional de Educação que está sendo definido para o período de 2011/2020. Esta orientação aparece nas metas 17 e 18 do referido Plano.

Meta 17: Valorizar o magistério público da educação básica a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente. **Meta 18:** Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino (BRASIL, 2010).

Em continuidade à materialização do processo de formação continuada, o governo federal publicou a Portaria 1.328, de 23 de setembro de 2011, que institui a Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública. O objetivo de tal Portaria é destacado em seu Artigo 1º.

Art. 1º Instituir a Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, de forma a apoiar as ações de formação continuada de profissionais do magistério da educação básica e em atendimento às demandas de formação continuada formuladas nos planos estratégicos de que tratam os artigos 4º, 5º e 6º do Decreto 6.755, de 29 de janeiro de 2009 (BRASIL, 2011).

Os planos estratégicos referidos no Decreto 6.755/2009, se constituem no planejamento de cada estado frente à formação docente (inicial e continuada), que é responsabilidade dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente. A Portaria 1.328/2011 evidencia a articulação com os Fóruns em seu artigo 3º

Art. 3º A Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica deverá atuar em articulação com os sistemas de ensino e com os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente.

A referida Portaria, diz que esta Rede é formada pelas Instituições de Educação Superior públicas e pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sempre em consonância com as decisões dos Fóruns Estaduais.

Criação do Fórum Permanente Estadual de Apoio à Formação Docente no Estado de Mato Grosso

O Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente de Mato Grosso (Fórum/MT) foi criado em julho de 2009, por meio da Resolução nº. 001/09 do Fórum Estadual de Educação (FEE), publicada no Diário Oficial do Estado do dia 29/07/2009.

Seguindo o que foi estabelecido no Decreto 6.755/2009 Fórum/MT foi constituído por representantes de diversas instituições entre as quais destacamos: Secretaria de Estado de Educação (Seduc); Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Secitec); Ministério da Educação (MEC); Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFMT). Foi constituído também por dois representantes dos Secretários Municipais de Educação indicados pela respectiva seção regional da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); um membro indicado pelo Governador do Estado; um representante dos profissionais do magistério indicado pela seccional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); um representante do Conselho Estadual de Educação (CEE); um representante da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme); um representante do Fórum das Licenciaturas das Instituições de Educação Superior Públicas e um representante da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope).

A primeira reunião do Fórum/MT ocorreu no dia 06 de outubro do mesmo ano. No período compreendido entre julho de 2009 a outubro de 2011 o Fórum/MT realizou 12 (doze) reuniões, que tiveram como pauta central a reformulação do Plano Estratégico do Estado de Mato Grosso. No conjunto das ações que foram definidas as instituições públicas de educação superior do Estado (UFMT, Unemat e IFMT) têm papel preponderante na oferta de cursos de formação de professores que estão inseridos no sistema público de ensino. Foi também definido que o levantamento da demanda será feito pelos Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso (Cefapro/MT), que é a instituição mais próxima das escolas e seus atores sociais.

Outra decisão do Fórum/MT que é a atribuição da tarefa de formação aos Cefapro/MT. Esta instância governamental tem o papel de promover a formação continuada de profissionais da educação básica da rede pública estadual de ensino, e de motivar o uso de novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem e a inclusão digital dos profissionais da educação.

O Fórum Permanente de Apoio a Formação Docente como lócus de produção de políticas

Na condição de representante da Anfope no Fórum de Apoio a Formação Docente do estado de Mato Grosso nós temos razões para considerar que a criação desse espaço coletivo de produção de políticas representa avanços visto que, incorpora atores da esfera governamental e não-governamental. Levando em conta que a maior parte dos integrantes do mesmo possui experiências de ensino e pesquisa na área de formação de professores, consideramos o referido fórum como uma comunidade epistêmica.

Uma comunidade epistêmica é uma rede de profissionais com reconhecida especialização e competência num domínio particular e com uma afirmação de autoridade sobre conhecimento politicamente (*policy*) relevante naquele domínio ou área (INOUE, 2003, p.83).

Ao analisar as políticas de currículo Lopes (2006) chama atenção para a atuação das comunidades epistêmicas na formulação das políticas.

As comunidades epistêmicas são compostas por grupos de especialistas que compartilham concepções, valores e regimes de verdade comuns entre si e que operam nas políticas pela posição que ocupam frente ao conhecimento, em relações de saber – poder. O que distingue as comunidades epistêmicas de outros agentes sociais atuantes nas políticas é o fato de serem constituídas por uma rede de profissionais com competência reconhecida em um domínio de conhecimento particular, ao mesmo tempo que reivindicam uma autoridade política relevante em função desse conhecimento que dominam (LOPES, 2006, p. 41).

A atuação das comunidades epistêmicas exige conceber políticas “para além do Estado, sem, no entanto, desconsiderar o Estado como atuante no processo” (LOPES, 2006, p.

144). Nesse contexto considera-se a construção das políticas como uma prática coletiva que requer a participação dos diversos atores representantes das diversas entidades. Esta conceituação exige questionar a onipresença do Estado nas decisões e ações políticas, transformando o Fórum/MT em um espaço político, que evidencia relações com o contexto de influência, produção e prática, definidos por Ball (2001, 2004, 2006).

Beraldo & Oliveira (2010) observaram que a representação na produção de políticas é uma tarefa extremamente complexa, uma vez que, exige que o representante deixe de representar a sua mera particularidade para representar a universalidade ausente. A representação é em si mesma conflituosa e não ocorre de forma homogênea e linear. “Jamais a vontade do representado é satisfeita integralmente, porque o universo da representação é sempre complexo e resultante de disputas políticas de múltiplos interesses” (MENDONÇA apud BERALDO & OLIVEIRA, 2010, p. 9). Assim algumas vozes são silenciadas, enquanto outras ganham sons, embora esses sons nunca sejam “puros”, porque se constituem em espaços híbridos.

Dados apresentados nas atas das reuniões do Fórum/MT indicam que, desde sua criação (2009), buscaram-se definir ações com base no Planejamento Estratégico, o qual definiu as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do estado (Unemat, UFMT e IFMT) como as entidades responsáveis pelo processo de formação inicial de professores. Assim, espera-se contribuir para a aproximação entre a demanda apresentada pelos municípios e o que pode ser ofertado pelas IES. Nesse processo os acordos foram realizados no contexto das regras estabelecidas pelo MEC, através do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica/2007. Com ele foram criadas estratégias diferenciadas para formar professores que estão em exercício das escolas públicas estaduais e municipais. Tais estratégias destinam-se particularmente aos docentes que ainda não dispõem da formação requerida na LDB/1996. O citado plano foi resultado da ação conjunta do Ministério da Educação (MEC), de Instituições Públicas de Educação Superior (Ipes) e das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios e está articulado ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Por meio deste plano, o docente sem formação adequada poderá graduar-se nos cursos de primeira licenciatura, com carga horária de 2.800 horas mais 400 horas de estágio para professores sem graduação, de segunda licenciatura, com carga horária de 800 a 1.200 horas para professores que atuam fora da área de formação e de formação pedagógica, para bacharéis sem licenciatura. Todas as licenciaturas das áreas de conhecimento da educação básica serão ministradas no plano, com cursos nas modalidades presencial e a distância (BRASIL, 2007, p.7).

As ações do Fórum/MT ocorreram no sentido de definição de estratégias relativas à metodologia de oferta dos cursos e das IES que assumiriam esta tarefa. Ocorreram também discussões em torno da carga horária dos cursos de segunda licenciatura, que poderiam variar (800 a 1200 horas). Ficou definido também que os Cefapro/MT, além de ser a instituição responsável pelo levantamento da demanda de professores para formação, deveriam se encarregar pela formação continuada.

Constatamos que as ações definidas pelas políticas estaduais de formação sofreram diversas hibridizações. Estas hibridizações ocorrem em diferentes graus, “dependendo dos entusiasmos e vontades locais, bem como dos bolsões de resiliência e da atividade contradiscursiva” (Ball, 2001). Assim entendemos os contextos de produção das políticas

educacionais na mesma acepção defendida por Terreri Lima (2008), que as percebe para além de um movimento verticalizado, em contraposição a perspectivas que as entendem como um movimento de 'cima' para 'baixo', marcado pelo poder central e pelos governos, ou como um movimento de 'baixo' para 'cima', tendo na prática seu campo de produção (PAIVA apud TERRERI, 2008, p. 23).

Ball (2001, 2002, 2004, 2006), ressalta que as mudanças que vêm ocorrendo no mundo globalizado, no Estado e no capital alteram as concepções e práticas de gestão das empresas e das instituições educativas. As novas formas de gestão que estão se configurando afetam a subjetividade de todas as pessoas, pois, fomentam a necessidade permanente de busca de novas formas de aprender e de agir, condições básicas para atender as demandas do mundo globalizado. Nesta perspectiva teórica o poder não tem um lugar fixo. Ele está presente também nas instituições educativas e na prática dos professores. A criação do Fórum Permanente de Apoio a Formação Docente favorece o empoderamento de seus representantes aumentando assim as possibilidades de atuação efetiva na produção das políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas nacionais para a formação e valorização docente possibilitaram a criação dos Fóruns Permanentes de Apoio à Formação Docente dos Estados. No Mato Grosso a criação do Fórum, em nosso entendimento, permitiu a criação de espaços de produção de políticas, pois este representa um importante *lócus* de discussão dos problemas educacionais e de definição coletiva de políticas para a formação de professores, abrindo possibilidade de atuação da comunidade epistêmica, uma vez que integra profissionais com experiência em ensino e pesquisa na área de formação docente, além de dirigentes e de representante do sindicato dos trabalhadores da educação. As ações do Fórum/MT estão sendo ancoradas em diagnósticos da realidade educacional de Mato Grosso e nas experiências vivenciadas no exercício da prática.

Assim consideramos que as análises realizadas neste estudo nos remetem a ao entendimento de que os textos e práticas relativas às políticas para a formação de professores expressam relações com as mudanças que estabelecem os contextos de influência, da produção e da prática propostos por Ball (2001, 2004, 2006). Estes contextos permitem a ação de representantes governamentais e não governamentais no processo de construção das políticas. Isso evidencia que o Fórum/MT permitiu a construção de um espaço democrático e híbrido em que vozes são materializadas e outras permanecem nos dissensos da prática. Nota-se também forte orientação para ações articuladas entre os entes federados. Nesta perspectiva reitera-se a ideia de que a cooperação entre o poder público (federal, estadual e municipal), instituições formadoras, sindicatos e entidades acadêmico-científicas representa o caminho mais promissor para definição de políticas que possam dar respostas para os muitos desafios da educação brasileira. Consideramos por fim que o Fórum/MT favorece a articulação entre os seus representantes (instituições), construindo ações coletivas e o empoderamento das mesmas frente ao desenho que delinea as políticas de formação de professores no estado.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen; BOWE, Richard. El currículum nacional y su "puesta en práctica": El papel de los departamentos de materias o asignaturas. Revista de Estudios de Currículum, vol. 1, nº 2, p.105-131, abril, 1998.

BALL, S. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. Currículo sem fronteiras, v. 1. N. 2, 2001. Jul/Dez. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org. Acesso em: 02 mar. 2010 p. 99 – 116.

_____, Performatividade, privatização e o pós-estado do bem-estar. Educação & Sociedade. Campinas, vol. 25, n. 89, Set./Dez. 2004 1105. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 02 mai. 2010 p. 1105-1126

_____, Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. Currículo sem Fronteiras, v.6, n.2, Jul/Dez 2006 p.10 - 32. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org>. Acesso: 05 mar. 2010.

BERALDO, T. M. L & OLIVEIRA, O. V. Comunidades epistêmicas e desafios da representação nas políticas curriculares do curso de Pedagogia. Revista Teias. v. 11. n. 22. maio/agosto 2010 p. 113-132. Disponível em: <http://www.periodicos.proped.pro.br>. Acesso: 10 nov. 2010.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação. Brasília: MEC, 1996.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Decreto nº 6.755/2009, que institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério de Educação Básica. Brasília: MEC, 2009.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Lei nº 10.172/2001, que estabelece o Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2001.

_____, Plano de Desenvolvimento da Educação. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/livromiolov4.pdf>. Acesso em 15 de dezembro de 2009.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Lei nº 11.502/2007, que institui a nova estrutura da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Brasília: MEC, 2007.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Projeto de Lei nº 8035/2010, que estabelece o Plano Nacional de Educação (2011/2020). Brasília: MEC, 2010.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria 1328/2011, que institui a Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do magistério da Educação Básica Pública. Brasília: MEC, 2011.

FEE – Fórum Estadual de Educação. Resolução 001/09, que institui o Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente de Mato Grosso. Cuiabá, 2009.

INOUE C. Y. A. Regime global de biodiversidade. Comunidades epistêmicas e experiências locais de conservação e desenvolvimento sustentável – o caso Mamirauá. Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Tese de Doutorado. Brasília-DF: Agosto / 2003

LOPES, A. C. Quem defende os PCN para o Ensino Médio? In. LOPES, A. C. e MACEDO, E. Políticas de currículo em múltiplos contextos. São Paulo: Cortez, 2006. p. 126 – 158.

MAINARDES, Jefferson & MARCONDES, Maria Inês Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. Educ. Soc. vol.30 no.106 Campinas Jan./Apr. 2009.

SEDUC/MT Planejamento Estratégico, que institui a Política e o Planejamento da Formação Inicial e Continuada dos Profissionais da Educação. Cuiabá, 2008.

_____, Decreto 2.007/1997, que institui os Centros de Formação e Atualização do Professor nos municípios de Cuiabá, Rondonópolis e Diamantino. Cuiabá: SEDUC, 1997.

TERRERI, Leticia Serra Lima Políticas curriculares para a formação de professores em Ciências Biológicas: investigando sentidos de prática. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, FE.2008.